

RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.694 - SP (2015/0316202-0)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : EDMIR APARECIDO NAVARRO
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO DOS SANTOS - SP141614
ELIO FERNANDES DAS NEVES E OUTRO(S) - SP138492
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Edmir Aparecido Navarro, com base nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo TRF da 3ª Região assim ementado (e-STJ fls. 292/293):

AGRAVO LEGAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO - ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER INEXISTENTES. RECURSO DESPROVIDO.

I. Em sede de agravo legal, a controvérsia limita-se ao exame da ocorrência, ou não, de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, a gerar dano irreparável ou de difícil reparação para a parte, vícios inexistentes na decisão.

II. Razões recursais que não contrapõem tal fundamento a ponto de demonstrar o desacerto do decisum, limitando-se a reproduzir argumento visando a rediscussão da matéria nele decidida.

III. Agravo legal do autor desprovido.

O recorrente alega contrariedade aos arts. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil; 57 da Lei n. 8.213/1991; e ao Decreto n. 53.831/1964.

Sustenta, em suma, que a violação teria ocorrido quando o Tribunal *a quo* decidiu que "os documentos apresentados pelo Agravante não comprovam suas atividades laborais em exposição efetiva aos agentes agressivos prejudiciais, bem como a atividade especial de ajudante de motorista deixou de ser especial para fins previdenciários com o advento do Decreto n. 83.080/1979".

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 323).

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fls. 325-326), subiram os autos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

Quanto ao reconhecimento de tempo especial para fins de concessão de aposentadoria especial, este Superior Tribunal tem entendimento firmado de que deve ser observada legislação vigente ao tempo em que foi prestado o labor.

No ponto:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA.

Superior Tribunal de Justiça

PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. TEMPO ESPECIAL. RUÍDO. LIMITE DE 90DB NO PERÍODO DE 6.3.1997 A 18.11.2003. DECRETO 4.882/2003. LIMITE DE 85 DB. RETROAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE À ÉPOCA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. Controvérsia submetida ao rito do art. 543-C do CPC,

1. Está pacificado no STJ o entendimento de que a lei que rege o tempo de serviço é aquela vigente no momento da prestação do labor. Nessa mesma linha: REsp 1.151.363/MG, Rel. Ministro Jorge Mussi, Terceira Seção, DJe 5.4.2011; REsp 1.310.034/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 19.12.2012, ambos julgados sob o regime do art. 543-C do CPC.

2. O limite de tolerância para configuração da especialidade do tempo de serviço para o agente ruído deve ser de 90 dB no período de 6.3.1997 a 18.11.2003, conforme Anexo IV do Decreto 2.172/1997 e Anexo IV do Decreto 3.048/1999, sendo impossível aplicação retroativa do Decreto 4.882/2003, que reduziu o patamar para 85 dB, sob pena de ofensa ao art. 6º da LINDB (ex-LICC). Precedentes do STJ.

Caso concreto

3. Na hipótese dos autos, a redução do tempo de serviço decorrente da supressão do acréscimo da especialidade do período controvertido não prejudica a concessão da aposentadoria integral.

4. Recurso Especial parcialmente provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 8/2008.

(REsp 1.398.260/PR, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/5/2014, DJe 5/12/2014)

No caso, o Tribunal de origem entendeu que a atividade do autor de ajudante de caminhão foi excluída do rol de profissões que autorizam a aposentadoria especial, como demonstra o seguinte excerto do julgado (e-STJ, fl. 266):

Ocorre que a atividade de “ajudante de Caminhão”, na qual o autor foi enquadrado nos formulários, e que se encontra relacionada no Decreto 53.831/64 sob código 2.4.4, foi expressamente excluída do rol de profissões exercidas sob condições especiais, por ocasião da edição do Decreto 83.080/79, em 24.01.1979.

Quanto à vigência do Decreto n. 53.831/1964 durante o período controverso, observa-se que a referida norma foi revogada pelo Decreto n. 62.755/1968, cujo art. 1º tinha a seguinte redação:

Art. 1º Fica revogado o Decreto n. 53.831, de 25 de março de 1964.

O Decreto n. 53.831/1964 foi revogado em 1968, razão pela qual não estava vigente no período controverso.

Entretanto, vislumbro outro fundamento para o provimento do recurso do segurado. Trata-se do disposto no art. 1º da Lei n. 5.527/1968, que assim

Superior Tribunal de Justiça

prescrevia:

Art 1º As categorias profissionais que até 22 de maio de 1968 faziam jus à aposentadoria de que trata do artigo 31 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, em sua primitiva redação e na forma do Decreto número 53.831, de 24 de março de 1964, mas que foram excluídas do benefício por força da nova regulamentação aprovada pelo Decreto nº 63.230, de 10 de setembro de 1968, conservarão direito a êsse benefício nas condições de tempo de serviço e de idade vigente naquela data.

Essa lei vigorou até ser revogada pela Medida Provisória n. 1.523, de 11 de outubro de 1996, posteriormente convertida na Lei n. 9.528/1997.

Assim, salvo melhor juízo, a categoria de ajudante de motorista, nos períodos de 1º/3/1985 a 30/11/1986 e de 29/4/1995 a 11/5/1995, tinha o tempo de serviço reconhecido como especial, nos termos da lei anteriormente indicada, devendo ser assim considerado por ocasião do cômputo desse tempo para fins de aposentadoria, conforme entendimento firmado por este Superior Tribunal.

Quanto ao período de 24/8/1978 a 18/6/1980, a controvérsia levantada no apelo nobre exige, para a sua definição, que se reapreciem aspectos fático-probatórios constantes dos autos. Isso porque o *decisum* recorrido se pautou em fatos e provas trazidos a lume para formar a sua conclusão. É o que se infere da seguinte passagem do voto condutor do aresto impugnado (e-STJ, fl. 290):

Da mesma maneira, verifica-se que o formulário referente à empresa Vigorelli do Brasil foi preenchido com informações prestadas pelo autor, sendo que as atividades exercidas na carecem de enquadramento legal, e não se encontram respaldadas em laudo técnico, visto que o laudo apresentado às fls. 95 refere-se à Divisão de Artefatos de Madeira, e o laudo emprestado de reclamação trabalhista ajuizada contra a empresa (fls. 96/97) apresenta apenas a primeira e a última páginas, não havendo referência ao local de trabalho do autor ou aos supostos agentes agressivos aos quais estaria exposto.

Dessa forma, inviável o reconhecimento das condições especiais nos períodos de 24.08.1978 a 18.06.1980; de 01.03.1985 a 30.11.1986 e de 29.04.1995 a 11.05.1995.

Dessarte, em havendo o acórdão concluído, com lastro probatório, estarem ausentes as condições necessárias à concessão do benefício, modificar tal entendimento importaria desafiar a orientação fixada pela Súmula 7 do STJ:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. RENDA PER CAPITA. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO Nº 1.112.557/MG. RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE HIPOSSUFICIENTE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. A condição de hipossuficiente pode

Superior Tribunal de Justiça

ser provada por provas diversas, dentre as quais a renda familiar, sendo impossível reabrir-se a questão probatória na via do recurso especial ante o óbice da Súmula 7/STJ. 2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.396.747/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/10/2013, DJe 21/10/2013)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO RECONHECIDO EM SENTENÇA TRABALHISTA. INEXISTÊNCIA DE OUTRAS PROVAS. REVISÃO.

SÚMULA 7/STJ.

1. No provimento jurisdicional que julgou procedente o pedido de revisão de benefício previdenciário, o acórdão hostilizado se reportou à prova dos autos para consignar que: a) foi juntada cópia integral da Reclamação Trabalhista, na qual foi reconhecido o tempo de serviço, não impugnado pelo ex-empregador; b) procedeu-se à anotação do período laborativo na Carteira de Trabalho; e c) o INSS não se eximiu da apresentação de contraprova apta a desconstituir a veracidade da anotação determinada.

2. A revisão das premissas acima estabelecidas demanda incursão no acervo fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 392.873/RO, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/10/2013, DJe 5/12/2013)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, e na Súmula 568/STJ, dou parcial provimento ao recurso especial, para reconhecer como especiais os períodos laborados de 1º/3/1985 a 30/11/1986 e de 29/4/1995 a 11/5/1995, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator